



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1/2018/CONSUP/IFTO, DE 26 DE MARÇO DE 2018**

1 Ata da primeira reunião ordinária de dois mil e dezoito do Conselho Superior do  
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia  
3 vinte e seis de março de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta e sete minutos, no  
4 Auditório I da Reitoria do IFTO, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra  
5 duzentos e dois Sul, conjunto um, lote oito, Palmas, Estado do Tocantins, reuniu-se,  
6 sob a presidência do magnífico reitor, Francisco Nairton do Nascimento, o Conselho  
7 Superior do IFTO, composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um  
8 terço do número de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois  
9 e o máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação  
10 de um terço do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de  
11 suplentes; representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores  
12 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes  
13 e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de  
14 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; por  
15 dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela Secretaria  
16 de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do  
17 Ministério da Educação designados pela Secretaria de Educação Profissional e  
18 Tecnológica; representação de um terço dos diretores-gerais dos *campi*, sendo o  
19 mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a  
20 presença dos representantes do Colégio de Dirigentes Cristiano Fernandes Mateus,  
21 primeiro titular; Marcelo Alves Terra, segundo titular, com presença registrada  
22 somente no período matutino; Ovídio Ricardo Dantas Júnior, terceiro titular; Paula  
23 Karini Dias Ferreira Amorim, primeira suplente, com presença registrada somente no  
24 período matutino; Marlon Santos de Oliveira Brito, terceiro suplente; dos  
25 representantes dos servidores docentes Carina Aparecida Lima de Souza, primeira  
26 titular; Claudio de Sousa Galvão, segundo titular; Marcus André Ribeiro Correia,  
27 terceiro titular; Márcia Cristina Gonçalves Gomes, quarta titular; Rodrigo Araújo  
28 Fortes, segundo titular, com presença registrada somente no período matutino;  
29 Francirley Resendes Borges Costa, quarto titular, com presença registrada somente no  
30 período matutino; dos representantes dos servidores técnico-administrativos Diogo  
31 Carvalho dos Santos, primeiro titular; Rafael Pereira Soares da Rocha, segundo  
32 titular; Wily Rosário da Silva, terceiro titular; William de Sousa Dias, quarto titular;  
33 Tássio Guerreiro Antunes Virgínio, segundo suplente; Sara José Soares, terceiro  
34 suplente; dos representantes dos discentes Fernando de Paula e Silva, primeiro titular;  
35 Rafael de Jesus Costa, segundo titular; Milene Ana Silva Araújo Wermuth, terceira  
36 titular; Ramon de Castro Silva, primeiro suplente; Luís Henrique Cirqueira da Silva,  
37 quarto suplente; dos representantes dos egressos Estéfane Lara Lopes Rodrigues,  
38 primeira titular; Miquéias Alves da Rocha César, segundo titular; da representante

39 titular da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
40 do Estado do Tocantins – Fetaet –, Ruth Caetano Cardoso; e do representante titular  
41 do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins – Sintras –,  
42 Getúlio de Sousa Araújo, com presença registrada somente no período matutino.  
43 Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e  
44 declarou aberta a sessão. Na sequência, procedeu-se aos informes gerais. Nairton  
45 informou que com o apoio da Deputada Federal professora Dorinha Seabra, o IFTO  
46 conseguiu uma descentralização em torno de R\$ 4.350.000,00 (quatro milhões e  
47 trezentos e cinquenta mil reais) para atender à obra de construção do refeitório do  
48 *Campus* Dianópolis, projetado em R\$ 1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta  
49 mil reais), à obra de construção de uma quadra coberta com vestiário para o *Campus*  
50 Avançado Lagoa da Confusão, orçado em R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil  
51 reais), à obra de construção de almoxarifado e garagem do *Campus* Colinas do  
52 Tocantins, e à obra de reforma do campo de futebol do *Campus* Araguatins, com  
53 possibilidade de construção de uma pista de atletismo, sendo este previsto em R\$  
54 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais). Nairton expôs que, conforme  
55 comentado na primeira reunião do Consup, com o apoio da deputada em ocasiões  
56 anteriores, conseguiu-se uma descentralização em torno de R\$ 3.000.000,00 (três  
57 milhões de reais) destinados à aquisição de mobiliários e computadores para o IFTO,  
58 visto que o orçamento de capital dos Institutos Federais para o ano de 2018 reduziu-  
59 se drasticamente. Em seguida, abriu-se a oportunidade para algum informe por parte  
60 dos conselheiros. Não havendo informe pelos conselheiros, procedeu-se  
61 à apresentação da ata anterior, que por não haver oposição ou ressalva ao que fora  
62 escrito, foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, foi concedida a palavra  
63 à procuradora Maristela Plessim. Maristela se apresentou e expôs que, atualmente, o  
64 Instituto Federal do Tocantins dispõe de dois procuradores atuando na Procuradoria  
65 Federal junto ao IFTO, o que era reivindicado há muito tempo, e que a instituição  
66 necessitava dessa atuação da Advocacia-Geral da União. Nesse íterim, relatou  
67 acerca de uma dúvida exposta pelo conselheiro Clerson Reis no ano de 2017, que  
68 questionava à procuradoria sobre a defesa que a AGU presta ou poderia prestar à  
69 atuação de um conselheiro do Consup. Maristela explicou que mesmo que o  
70 conselheiro não seja servidor da instituição, caso necessário, a AGU faz a defesa  
71 dele, tendo em vista que o conselheiro no momento de sua atuação está exercendo um  
72 *múnus público*, ou seja, está prestando um serviço público. Expôs que, quando um  
73 procurador orienta um gestor, ele assume junto com o gestor aquela responsabilidade.  
74 No entanto, existe a discricionariedade do gestor em não seguir a recomendação da  
75 procuradoria, pois o parecer não é vinculativo. E, quando a procuradoria orienta o  
76 gestor, a responsabilidade é solidária. Esclareceu que, caso o gestor entenda de  
77 maneira diversa e não acate o parecer da procuradoria, a AGU não fará a defesa caso  
78 ele necessite posteriormente. Explicou que a atuação do conselheiro deve  
79 estar pautada em todo o arcabouço jurídico existente no país, desde a constituição, as  
80 leis ordinárias e complementares, até as normativas internas. Pontuou que as  
81 instituições federais de ensino têm autonomia para tomarem decisões dentro de suas  
82 modalidades específicas, contudo, essa autonomia não é soberania, sendo esta a do  
83 Estado Democrático de Direito. Esclareceu que, em caso de dúvidas, a procuradoria  
84 estará aberta para orientar, emitir parecer e conversar com os conselheiros. Maristela  
85 pontuou que a Procuradoria Federal junto ao IFTO é uma colaboradora da instituição,  
86 e que estará sempre na defesa do interesse público e dos agentes públicos. Na  
87 sequência, o conselheiro Ovídio Dantas agradeceu a atuação e parceria da  
88 procuradoria. Em momento seguinte, o conselheiro Diogo Carvalho se disse

89 preocupado quando da leitura da ata anterior tendo em vista que não foi colocado  
90 nominalmente o nome dos conselheiros que votaram em cada matéria, pois os  
91 conselheiros podem responder solidariamente pelas decisões proferidas no conselho.  
92 Ele entende que, caso os conselheiros sejam responsabilizados, estes poderiam ser  
93 responsabilizados apenas por seus atos, não sendo uma responsabilidade objetiva,  
94 mas subjetiva. Expôs que seria uma satisfação para a comunidade saber como cada  
95 conselheiro votou em cada matéria no Consup e propôs que constasse nominalmente  
96 o voto de cada conselheiro nos pontos de pauta. Em seguida, Maristela pontuou que  
97 tal solicitação pode ser acatada e que, em ocasião anterior, já presenciou momentos  
98 em que o presidente do colegiado disse que o voto estava sendo identificado. Em  
99 seguida, Nairton expôs que em regra a gestão segue as recomendações da  
100 procuradoria e que, quando ocorrem situações no conselho em que há dúvidas em  
101 relação à recomendação jurídica, os conselheiros pedem para identificarem seus  
102 votos; quando há concordância com o parecer da procuradoria, via de regra, os  
103 conselheiros não pedem para que o voto seja nominal, contudo, se os conselheiros  
104 pedirem, a solicitação é acatada. Argumentou que se cada processo de projeto  
105 pedagógico de curso, calendário acadêmico de *campus* for nominado, a reunião ficará  
106 muito extensa e cansativa. Na sequência, a conselheira representante da Fetaet, Ruth  
107 Caetano, questionou se como representante de uma entidade civil, a responsabilidade  
108 administrativa se estende até a instituição que representa, ou se fica retida à pessoa da  
109 conselheira. Maristela explicou que no momento de sua atuação a conselheira está  
110 pertencendo ao IFTO de uma forma extraordinária, com um vínculo especial, e se  
111 porventura for tomada uma decisão e esta for questionada posteriormente, será a  
112 conselheira que responderá por improbidade administrativa, não se estendendo tal  
113 responsabilidade à entidade que representa. Na sequência, o conselheiro Wily  
114 Rosário perguntou se no caso de conflito entre normas, entre uma lei federal e uma  
115 norma interna, que restringe direito de servidor, qual deve prevalecer. Maristela disse  
116 que por não conhecer o caso concreto, não é possível dirimir a dúvida do  
117 conselheiro, mas, de forma geral, uma norma interna não pode restringir direito que a  
118 lei não restringiu. A procuradora explicou que em primeiro lugar vem a Constituição  
119 Federal, depois as leis ordinárias, os decretos e, na sequência, as normas de  
120 hierarquia menor como portarias, resoluções, etc., uma hierarquia que precisa ser  
121 respeitada. Nairton disse que o regulamento não pode ferir a legislação. Após  
122 esclarecimentos, o presidente do colegiado agradeceu a presença da procuradora  
123 Maristela Plessim, e as orientações emanadas da Projur durante seus mandatos como  
124 reitor da instituição. Frisou que a instituição lutou durante muito tempo para ter dois  
125 procuradores e somente recentemente foi possível ter este desejo atendido. Na  
126 sequência, a secretária do Conselho Superior, Eleuza Rodrigues Rocha, convidou a  
127 conselheira Ruth Caetano para, em nome dos conselheiros do Consup, transmitir uma  
128 mensagem ao presidente do colegiado, tendo em vista ser a última reunião do Consup  
129 sob sua gestão. Ruth Caetano expôs que passou a conhecê-lo melhor a partir do  
130 momento que tornou-se representante da Fetaet no Conselho Superior, contudo, já o  
131 conhecia desde o ano 2000, época em que o esposo da conselheira estudava com o  
132 professor Nairton na Escola Agrotécnica Federal de *Araguatins* – EAFA.  
133 Prosseguindo, Caetano disse que outro contato com o professor Nairton vem desde os  
134 estágios de vivência, onde a atuação da EAFA foi decisiva para a agricultura familiar  
135 no Estado do Tocantins. Frisou que foi importante para a Fetaet a colaboração da  
136 instituição no período de estágio de vivência, sendo essa parceria um divisor de águas  
137 na história daquela instituição. Ressaltou que o IFTO cresce em propostas que a  
138 Fetaet vem trazendo para a educação do campo e para a educação dos agricultores

139 desde os anos 1990, sendo a EAFA a única instituição que acreditou nos projetos da  
140 Fetaet, além de alguns professores da Universidade Federal do Tocantins – UFT.  
141 Expôs que a trajetória do professor Nairton está marcada diretamente na vida de  
142 muitos profissionais, principalmente na agricultura familiar. Por fim, agradeceu ao  
143 presidente do colegiado e aos conselheiros pela sua atuação junto ao IFTO. O  
144 professor Nairton agradeceu a conselheira e informou que estará a partir do dia 1º de  
145 maio na cidade de Araguatins e à disposição da agricultura familiar do Estado do  
146 Tocantins. Na sequência, foi realizado um intervalo para o para o café da manhã.  
147 Após o retorno, foi solicitada a antecipação do ponto quatro, sendo  
148 este aprovado pela maioria dos conselheiros, a saber: deliberação acerca de  
149 aprovação da revogação da Instrução Normativa n.º 004/2010/REITORIA, de 10 de  
150 dezembro de 2010, e emissão de nova instrução normativa que institui normas para o  
151 trâmite processual de elaboração e autorização de projetos pedagógicos de cursos do  
152 Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema  
153 Eletrônico de Informações sob o n.º 23235.022730/2017-60. O conselheiro Marcus  
154 André pontuou que, para a criação de projetos pedagógicos de cursos de graduação,  
155 na antiga Instrução Normativa as comissões que eram criadas para a elaboração do  
156 documento deveriam ser multicampi. Já a proposta apresentada no art. 13 da minuta  
157 apreciada dispõe que “caberá à direção-geral da unidade/*campus* emitir portaria  
158 designando a composição da comissão com vias à autorização de curso”. Questionou  
159 sobre o posicionamento da Pró-reitoria de Ensino – Proen – em relação a essas  
160 comissões, se será retirada a questão de a comissão ser multicampi e se existe algum  
161 motivo para tal alteração. O diretor de Ensino Superior, Jorge Abduch, disse que não  
162 está sendo proibida a constituição de comissões multicampi nos *campi*, o que fica a  
163 critério de cada unidade. Em momento seguinte, o diretor de Ensino Básico e  
164 Técnico, Rodrigo Teixeira, disse que o motivo da alteração é principalmente em  
165 relação ao princípio da economicidade. Pontuou que uma comissão multicampi  
166 onerava muito a administração em alguns casos, e sua efetividade era baixa. Outra  
167 dúvida apontada pelo conselheiro foi sobre a nomenclatura de quem  
168 preside colegiado de curso, se este se chamaria presidente ou coordenador do  
169 colegiado. Jorge esclareceu que quem preside o colegiado é o coordenador do curso,  
170 sendo essa uma questão da Organização Didático-Pedagógica - ODP. Marcus André  
171 expôs que os *campi* do IFTO possuem muitos cursos em comum, no entanto,  
172 muitos projetos pedagógicos de cursos - PPCs - não se inter-relacionam. Acrescentou  
173 que é necessário um avanço no sentido de fazer com que haja interação entre os  
174 projetos, até mesmo para facilitar transferência de alunos no âmbito da instituição. Na  
175 sequência, a conselheira Sara Soares expôs que a unificação de PPCs é uma grande  
176 preocupação para ela, tendo em vista que já emitiu vários pareceres a respeito desse  
177 assunto. Acrescentou que recentemente está fazendo adaptação curricular de um  
178 aluno que foi transferido do *Campus* Paraíso do Tocantins para o *Campus* Colinas do  
179 Tocantins, para o mesmo curso, cujas grades curriculares são totalmente diferentes.  
180 Relata que, além de aumentar o trabalho do servidor que operacionaliza o processo de  
181 adaptação do aluno, o aluno terá o maior desafio, que é o de se adaptar à sua nova  
182 grade curricular. Por fim, propôs a unificação dos PPCs no âmbito institucional. Em  
183 seguida, o conselheiro Wily Rosário pontuou que o aluno precisa ter a possibilidade  
184 de ser transferido de um *campus* para outro sem ser prejudicado em virtude de PPCs  
185 distintos. Outro apontamento diz respeito ao art. 34 da minuta da Instrução  
186 Normativa que trata de comissões para alteração estrutural de PPCs. Rosário sugeriu  
187 que a comissão fosse presidida pelo gerente de ensino da unidade. Posteriormente, o  
188 conselheiro Fernando de Paula, representante dos discentes, fez uma crítica em

189 relação às constantes alterações do PPC do curso de Química, ofertado pelo *Campus*  
190 Paraíso do Tocantins. Fernando acredita que este é o único curso no âmbito da  
191 instituição que em três anos teve quatro versões. Explicou que o curso começou com  
192 um PPC, depois veio uma portaria do MEC para alterar o PPC em 2015 e, logo após,  
193 foram feitas novas alterações para atender outras necessidades. Sugeriu, então, a  
194 construção de um documento fixo para que não haja essa necessidade de constantes  
195 mudanças como está ocorrendo. Pontuou que vários acadêmicos precisarão mudar de  
196 grade e, em consequência disso, aumentará a permanência desses estudantes na  
197 instituição. Com a palavra, Jorge Abduch pontuou que parte da fala do conselheiro  
198 Fernando de Paula não procede com o que acontece no dia a dia. Frisou que o PPC  
199 pode ser mudado quantas vezes forem necessárias. Toda vez que a Secretaria de  
200 Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres – e o Instituto Nacional de  
201 Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – mudarem a sistemática de  
202 oferta dos cursos de graduação, os PPCs precisam ser alterados. Explicou que em  
203 dezembro de 2017 toda a legislação que diz respeito aos cursos de graduação foi  
204 revogada, com exceção da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece  
205 as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002,  
206 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Foi lançado um novo manual  
207 de avaliação e com este novo manual será necessário fazer novas alterações nos  
208 PPCs. Informou ainda que é facultado ao aluno a mudança de grade decorrente de  
209 alteração de PPC. Rodrigo Teixeira expôs que a própria norma não proíbe a  
210 unificação dos PPCs. Pontuou que todos os cursos implantados no âmbito do Instituto  
211 Federal do Tocantins seguem as diretrizes curriculares nacionais e cumprem todas as  
212 temáticas necessárias, favorecendo, portanto, a unificação, que é salutar para facilitar  
213 o processo educacional de transferência de aluno. Ele diz não ver impossibilidade de  
214 unificar as matrizes curriculares dos PPCs dos cursos. Em relação à fala do  
215 conselheiro Wily Rosário em que sugere colocar o gerente de ensino do *campus*  
216 como presidente de comissão de reestruturação de PPC, Teixeira enfatiza que colocar  
217 uma norma dentro da instituição em que o gerente de ensino deverá obrigatoriamente  
218 participar de comissão de reestruturação de PPC é muito delicado, pois  
219 seria praticamente impossível o gerente desempenhar tal função, visto que além de  
220 suas atribuições, ele ainda terá que presidir diversas comissões. Após discussões, o  
221 ponto foi posto em votação sendo aprovado com vinte votos favoráveis e uma  
222 abstenção. Na sequência, procedeu-se à apresentação do ponto três, deliberação  
223 acerca de aprovação do Relatório de Gestão, exercício 2017, do Instituto Federal de  
224 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado  
225 no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23235.001964/2018-54. O diretor de  
226 Relações Institucionais, Cícero Salatiel, expôs que o Relatório foi construído pela  
227 Reitoria e pelos *campi* do IFTO. Expôs que o art. 70 da CF/88 obriga todas as  
228 instituições públicas a prestarem seus relatórios de gestão a cada final de ano.  
229 Esclareceu que é um documento extremamente técnico, e que em cada tabela e  
230 planilha é apontada a fonte de tais informações, que são os setores responsáveis pelas  
231 informações prestadas. Na sequência, Wiliam Dias expôs que o capítulo 1 do  
232 Relatório de Gestão traz uma visão geral da instituição e fala sobre os cursos  
233 oferecidos pelo IFTO, discorre sobre o cenário socioeconômico e o Produto Interno  
234 Bruto – PIB – do Estado, explica a estrutura organizacional e o organograma do  
235 Instituto, os macroprocessos, e assim por diante. O capítulo 2 traz a questão do  
236 planejamento organizacional e algumas questões orçamentárias. Com relação as  
237 metas, Wiliam esclareceu que foi recomendado que fosse indicada meta para alguns  
238 indicadores do Tribunal de Contas de União – TCU. Wiliam disse que a diferença

239 para os anos anteriores é que para os indicadores do TCU não havia metas, o que  
240 neste ano foi acrescentado ao relatório. Explicou também que o Plano de  
241 Desenvolvimento Institucional – PDI – traz um planejamento de cinco anos, em que  
242 se tem objetivos, indicadores e metas para esse período. O Relatório de Gestão, por  
243 sua vez, mede o quanto foi alcançado em comparação a meta estabelecida. No  
244 relatório foi utilizada a meta estipulada no PDI de 2015-2019, e os dados foram  
245 medidos pelas pró-reitorias em parceria com os *campi*. Após levantamento dos dados,  
246 verificou-se que foi alcançado quase 70% (setenta por cento) das metas estabelecidas.  
247 Nesse ínterim, Dias agradeceu as pró-reitorias pelo esforço na mensuração dos  
248 indicadores. Posteriormente, foi passada a oportunidade para a pró-reitora de  
249 Extensão, Paula Karini, apresentar as metas alcançadas pela Pró-reitoria. Paula  
250 apresentou o mapa estratégico que mostra sinteticamente os objetivos estratégicos do  
251 Instituto Federal do Tocantins para as três áreas finalísticas, sendo: ensino, pesquisa e  
252 extensão. Destacou aqueles que a extensão em conjunto com a pesquisa e o ensino  
253 foram diretamente responsáveis pelo seu resultado. A partir do objetivo de “assegurar  
254 aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito”, Paula explicou sobre  
255 o projeto Bolsa-cultura, realizado em parceria com a Pró-reitoria de ensino, que foi  
256 proposto acreditando que a cultura é um meio de fortalecimento da formação do  
257 aluno e também de sua permanência. O projeto é financiado com recursos da  
258 assistência estudantil. Ela destacou que, atualmente, há 20 (vinte) projetos em  
259 andamento entre as 11 (onze) unidades do IFTO, sendo 41 (quarenta e um) alunos  
260 bolsistas e 34 (trinta e quatro) alunos voluntários. Sobre o objetivo estratégico  
261 “fomentar a produção e divulgação científica, tecnológica e de extensão do IFTO”,  
262 Paula expôs que a Revista de Extensão foi um veículo de comunicação criado em  
263 2017, e contou em sua primeira edição com 5 (cinco) trabalhos publicados; na  
264 Jornada de Iniciação Científica e Extensão – Jice – 50 (cinquenta) trabalhos  
265 foram publicados; e o programa Pibex de apoio aos Arranjos Produtivos Locais –  
266 APLs – contou com 58 (cinquenta e oito) projetos. Sobre o objetivo “ampliar a rede  
267 de relacionamento com organizações do setor público e privado”, apresentou os  
268 convênios firmados entre o IFTO e as instituições públicas e privadas, além das  
269 parcerias: foram 61 (sessenta e um) convênios, e 966 (novecentos e sessenta e  
270 seis) parcerias. Acerca do objetivo “ampliar a rede de relacionamento com a  
271 comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais”, explicou que esse indicador é  
272 medido pela quantidade de pessoas que são beneficiadas, e o resultado alcançado foi  
273 de 6.493 (seis mil quatrocentos e noventa e três) pessoas beneficiadas diretamente.  
274 Sobre o objetivo “promover ações para disseminar os direitos dos seres humanos”,  
275 destacou as duas edições do Seminário INAFRO – IFTO. Sobre o objetivo “ampliar a  
276 participação dos componentes extracurriculares/eventos na vida acadêmica dos  
277 alunos”, entende-se que todas as ações extracurriculares que envolvem ações de  
278 extensão são iniciativas que favorecem este objetivo. Do objetivo “instituir práticas e  
279 disseminar a cultura da sustentabilidade” são as ações da Agenda Ambiental A3P.  
280 Para o objetivo “integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo  
281 e pedagógico”, houve 61 (sessenta e uma) ações de extensão que envolvem projetos  
282 e cursos, em que 731 (setecentos e trinta e um) servidores estiveram envolvidos como  
283 voluntários ou bolsistas e 1.176 (mil cento e setenta e seis) estudantes participaram  
284 como bolsistas ou voluntários. Sobre o objetivo “promover a integração entre os  
285 *campi*, visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas”, a Extensão  
286 entende que promove este objetivo quando trabalha na organização e na realização da  
287 Jice, do Ifestival, do Inafro, e nas ações de implementação ao associativismo e ao  
288 empreendedorismo em conjunto com o NIT e a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, e

289 realizando os projetos APL/Pbex. Na sequência, foi passada a oportunidade para a  
290 Pró-reitora de Pesquisa e Inovação em substituição Erna Denzin para fazer a  
291 apresentação dos indicadores da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Sobre  
292 o indicador “0503 – quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos)  
293 de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica  
294 mantidos pelo IFTO”, Erna disse que a meta para 2017 era de 19 (dezenove),  
295 mas foram observadas 84 (oitenta e quatro) atividades, tendo, portanto, sua meta  
296 atingida. Para o indicador “0901 – Número de pessoas beneficiadas – comunidade  
297 externa – pelas ações (eventos e projetos) do IFTO”, a meta para 2017 era de 1000  
298 (mil), e foi observado 6.943 (seis mil novecentos e quarenta e três) pessoas  
299 beneficiadas, tendo também sua meta atingida. No indicador “0502 – Quantidade de  
300 servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de  
301 pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica”, a  
302 meta era de 640 (seiscentos e quarenta) pessoas, e houve 903 (novecentas e três)  
303 pessoas envolvidas no ano de 2017, atingindo sua meta. Para o indicador “1901 –  
304 Número de publicações do IFTO (pesquisa e extensão)”, a meta era de 50 (cinquenta)  
305 publicações, e no período houve 306 (trezentos e seis) publicações. Para o indicador  
306 “1903 Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados”, a meta era  
307 de 319 (trezentos e dezenove), contudo, a meta não foi atingida, contando com 230  
308 (duzentos e trinta). Para o indicador “0201 – Quantidade de Discentes envolvidos em  
309 atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas  
310 de melhoria da qualidade da educação básica”, a meta era de 650 (seiscentos e  
311 cinquenta) alunos, e houve 2030 (dois mil e trinta) discentes envolvidos. Para o  
312 indicador “0701 – Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em  
313 funcionamento”, a meta era de 1 (um) empreendimento, e no período de 2017 houve  
314 3 (três), sendo 1 (um) na Reitoria, e 2 (dois) no *Campus* Palmas. Para o indicador  
315 “0702 – Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo  
316 desenvolvidas, a meta era de 1 (um), e houve a quantidade de 8 (oito) ações  
317 desenvolvidas no ano de 2017. Para o indicador “0801- Número de processos,  
318 produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO”, a meta era de 1 (um), contudo,  
319 essa meta não foi atingida. Para o indicador “Número de propriedade intelectual  
320 gerada”, a meta era de 5 (cinco), e obteve-se 2 (dois). Com a palavra, a Gerente de  
321 Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional, Janaína Muradás, expôs  
322 que para obtenção dos dados dos indicadores para compor o relatório de gestão  
323 utilizou-se a plataforma Nilo Peçanha. Janaína explicou que desde 2011 a Setec  
324 encaminhava para as instituições uma planilha com todos os indicadores tabulados  
325 para utilizar no relatório de gestão, sendo que esse procedimento ocorreu até ano  
326 passado. No final de 2017, iniciou-se a construção da plataforma Nilo Peçanha e a  
327 partir desse momento os dados deveriam ser extraídos da própria plataforma. Os  
328 *campi* atualizaram as informações na plataforma e os dados para compor o relatório  
329 foram extraídos do próprio sistema. Em seguida, ela fez a apresentação dos  
330 indicadores, destacando que o indicador relação candidato/vaga foi o que obteve o  
331 maior índice de melhoria. Nairton pontuou que o Mec mudou para a plataforma Nilo  
332 Peçanha por recomendação do TCU, por entender que alguns dados do Sistec não  
333 eram confiáveis. Uma das mudanças com a nova plataforma é que os alunos que se  
334 encontram fora do ciclo não mais contarão para a parte orçamentária, ao contrário do  
335 que ocorria quando se usava os dados extraídos do Sistec. Posteriormente, o diretor  
336 de Assistência Estudantil, Higor Lira, expôs sobre a taxa de evasão no âmbito  
337 institucional. Higor pontuou que era esperado uma taxa de 14,1% (quatorze vírgula  
338 um por cento), contudo, essa taxa sofreu uma elevação para 27,5% (vinte e sete

339 vírgula cinco por cento). Explicou que essa taxa é reflexo de diversos  
340 fatores como calendários acadêmicos que estão irregulares em diversas unidades do  
341 IFTO, além do abandono do ensino médio por parte de estudantes que encontram  
342 dificuldades nas disciplinas. Expôs que quando o aluno faz o Enem e tira uma boa  
343 nota, ele pega a certificação e matricula-se na faculdade, abandonando a instituição.  
344 Outro fator é a crise econômica, pois muitos estudantes deixam de estudar para  
345 trabalhar e ajudar os pais nas despesas domésticas. Outro fator apontado pelo diretor  
346 deve-se à baixa valorização dos cursos técnicos em algumas regiões do país.  
347 Explicou que a taxa de evasão nos cursos de bacharelado é menor do que nos outros  
348 cursos ofertados pela instituição. Outro fator que contribuiu para o aumento da taxa  
349 de evasão foi a diminuição de recursos de assistência estudantil e, para atender um  
350 maior número de estudantes, Lira explicou que alguns *campi* reduziram o valor da  
351 bolsa de assistência estudantil, sendo que essa redução às vezes não garante uma  
352 efetividade da ação. Na sequência, apresentou o percentual de estudantes que  
353 recebem algum tipo de benefício do IFTO nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.  
354 Higor falou ainda sobre a renda familiar *per capita*, e enfatizou que a maioria dos  
355 estudantes têm entre 0 e meio salário mínimo *per capita* para se manter por mês.  
356 Afirmou que o estudante do IFTO têm uma renda muito baixa e que precisa de um  
357 suporte em suas vulnerabilidades. Na sequência, o pró-reitor de Desenvolvimento  
358 Institucional Danilo expôs que a estrutura da Prodi é uma pró-reitoria meio, e as  
359 ações comportam o planejamento, a infraestrutura e a diretoria de tecnologia da  
360 informação. Das ações de planejamento, houve dois indicadores; 1) proporção das  
361 metas alcançadas no PDI: a meta era de 70% (setenta por cento) e alcançou-se  
362 67,39% (sessenta e sete vírgula trinta e nove por cento); 2) Com relação às ações para  
363 apoio do planejamento estratégico, passou-se de 2 (dois) para 5 (cinco). Para o  
364 percentual de riscos tratados, a meta era de 60% (sessenta por cento), sendo  
365 alcançado 57,9% (cinquenta e sete vírgula nove por cento) desse percentual. Com  
366 relação ao índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível,  
367 não foi possível mensurá-lo por ser um indicador bastante subjetivo. Com relação ao  
368 indicador “1201 número de sistemas implantados”, a meta era de 3 (três) sistemas,  
369 mas a instituição conseguiu implantar 10 (dez). No indicador “1202 - Percentual dos  
370 sistemas integrados”, a meta era de 20% (vinte por cento), mas foram alcançados  
371 70% (setenta por cento). Posteriormente, foi passada a oportunidade para o pró-reitor  
372 de Administração, Rodrigo Gori. Em relação ao desempenho orçamentário, Gori  
373 expôs que este orçamento é feito por meio da Subsecretaria de Planejamento e  
374 Orçamento – SPO – para a Reitoria e, posteriormente, a Reitoria faz a distribuição  
375 aos *campi*, respeitando o quadro de detalhamento de despesa, em que cada *campus*  
376 tem sua previsão orçamentária para o referido exercício. Em relação ao orçamento de  
377 2017, obteve-se um número significativo de contingenciamento de recursos de  
378 capital, cerca de 40% (quarenta por cento) não foi liberado para execução. Informou  
379 que o orçamento liberado para 2017 foi executado em sua totalidade. Na ação 20RG  
380 – teve-se uma dotação inicial de R\$ 18.805.604,00 (dezoito milhões oitocentos e  
381 cinco mil e seiscentos e quatro reais), no entanto, a dotação final ficou em R\$  
382 14.291.106,00 (quatorze milhões duzentos e noventa e um mil cento e seis reais); o  
383 que foi liberado para execução foram R\$ 2.754.440,05 (dois milhões setecentos e  
384 cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais e cinco centavos), o que foi  
385 totalmente executado, sendo liquidado R\$ 1.009.996,20 (um milhão e nove mil,  
386 novecentos e noventa e seis reais e vinte centavos), ficando nos restos a pagar não  
387 processados o valor de R\$ 1.744.444,85 (um milhão setecentos e quarenta e quatro  
388 mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Na ação 20RL



389 – a dotação inicial era de R\$ 37.292.512,00 (trinta e sete milhões duzentos e noventa  
390 e dois mil quinhentos e doze reais), no entanto, foi liberado R\$ 35.431.734,95 (trinta  
391 e cinco milhões quatrocentos e trinta e um mil setecentos e trinta e quatro reais e  
392 noventa e cinco centavos), foi liquidado no exercício o valor de R\$ 25.877.507,31  
393 (vinte e cinco milhões oitocentos e setenta e sete mil quinhentos e sete reais e trinta e  
394 um centavos), ficando nos restos a pagar não processados R\$ 9.554.227,64 (nove  
395 milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e vinte e sete reais e sessenta e  
396 quatro centavos). Na ação 2994 – que trata da assistência estudantil, obteve-se uma  
397 dotação inicial de R\$ 7.580.791,00 (sete milhões quinhentos e oitenta mil setecentos  
398 e noventa e um reais), e foram executados R\$ 7.017.806,35 (sete milhões e dezessete  
399 mil oitocentos e seis reais e trinta e cinco centavos). No item 2.3.3, do relatório que  
400 trata de obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, Gori  
401 ressaltou que não houve ocorrências. Na sequência, apresentou o quadro 34, que trata  
402 de execução das despesas por modalidade de contratação, e enfatizou que a maioria  
403 do orçamento é executado por meio de duas modalidades de licitação, sendo:  
404 concorrência e pregão. Com relação ao desempenho financeiro, Gori expôs que em  
405 anos anteriores a liberação deste orçamento era feito semanalmente, contudo, a partir  
406 de 2017, eles passaram a ser mensalmente. Além disso, na maioria dos meses a  
407 liberação não ocorreu em sua totalidade. No item 4.2.1. Gestão da frota de veículos,  
408 explicou que não houve nenhum leilão de frota no exercício de 2017. Em seguida, foi  
409 passada a oportunidade para a Ouvidoria apresentar o relatório de demandas do setor  
410 no ano de 2017. Joelma expôs que a Ouvidoria do IFTO é uma Ouvidoria Pública que  
411 auxilia a comunidade interna e externa em suas relações com o IFTO. No ano de  
412 2017 a Ouvidoria tratou 537 (quinhentas e trinta e sete) demandas, sendo 93 (noventa  
413 e três) denúncias (17%) e 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) demandas (83%)  
414 referentes a reclamações, sugestões, solicitações, pedidos de informação e elogios.  
415 Explicou que a Ouvidoria tem se tornado um canal mais conhecido pelo usuário dos  
416 serviços públicos, e nos últimos anos o canal de atendimento tem sido mais  
417 procurado. Em 2016, houve um número de 497 (quatrocentos e noventa e sete)  
418 demandas, já em 2017 tratou-se de 537 (quinhentas e trinta e sete) demandas. Na  
419 sequência, apresentou os projetos a serem implantados pela Ouvidoria: Formulário de  
420 satisfação do usuário dos serviços públicos; e a Carta de Serviços ao Cidadão – neste  
421 documento deverá constar os serviços prestados pelo órgão, por setor, sendo esta uma  
422 exigência da Lei n.º 13.460/2017. No que se refere às medidas para garantir a  
423 acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, Joelma expôs que as novas  
424 construções do IFTO devem ser projetadas atendendo ao critério de acessibilidade, e  
425 expôs que o órgão tem atendido esse critério. Expôs que o site do IFTO por meio da  
426 Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI – passou por reformulações desde o  
427 final de 2016, atendendo à Lei de Acesso à Informação. Conforme informado pela  
428 DTI, foram realizados dois testes de acessibilidade manual para atender deficientes  
429 visuais. Tais testes têm ajudado a otimizar o conteúdo das páginas e, assim, tornar o  
430 portal cada vez mais acessível, não somente para o usuário com deficiência visual,  
431 mas para toda a comunidade. Com a palavra, o chefe da Unidade de Auditoria Interna  
432 Carlos Frederico se apresentou e expôs que pretende apresentar proposta de  
433 transitoriedade da função de chefia da Auditoria Interna. Pontuou que a Auditoria  
434 Interna está disponível para auxiliar e assessorar a gestão com base nas normas. Em  
435 relação ao exercício de 2017, disse que foi um ano bastante tranquilo, não tendo  
436 nenhuma recomendação da Controladoria Geral da União – CGU. Nairton esclareceu  
437 que já existe uma portaria da CGU que recomenda que o chefe da Unidade de  
438 Auditoria interna deve ficar no máximo três anos na função. Após apresentação do

439 Relatório de Gestão, abriu-se a oportunidade para perguntas e apontamentos pelos  
440 conselheiros. O conselheiro Marcelo Terra solicitou a atualização dos dados do  
441 *Campus* Gurupi, tendo em vista que os dados constantes no início se refere a 2010.  
442 Na sequência, Cláudio Galvão questionou ao pró-reitor de Administração qual o  
443 valor médio de cada estudante por ano e se há diferenciação entre o aluno  
444 matriculado no ensino médio integrado, subsequente e superior. Gori expôs que essa  
445 diferenciação é feita na matriz orçamentária. Em relação aos veículos oficiais,  
446 Cláudio questionou acerca da média mensal de gastos com abastecimento e se o valor  
447 de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) constante no relatório é para toda a frota. Gori  
448 afirmou que sim. Galvão questionou quanto custa um terceirizado para a  
449 administração. Gori expôs que no relatório não é demandado este dado, mais é  
450 possível obtê-lo. Ressaltou que, atualmente, o IFTO têm cerca de 350 (trezentos e  
451 cinquenta) terceirizados. Na sequência, a conselheira Milene Wermuth solicitou que a  
452 Diretoria de Gestão de Pessoas fizesse um relatório mais completo nos próximos  
453 anos, que viesse com gráficos para facilitar o entendimento, e que os programas de  
454 qualificação sejam feitos por *campus*. Pontuou que no quadro 18, que trata da análise  
455 do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – *Campus* Palmas, os dados e  
456 fontes constam de 2015. No que diz respeito à Assistência Estudantil, Milene expôs  
457 que o aumento da taxa de evasão de 14,1% para 27,5% é realmente alarmante. Expôs  
458 acerca do ensino médio ser cursado em 3 (três) anos, e disse que ainda não foi  
459 realizada uma pesquisa para saber o impacto disso na vida dos alunos. Em momento  
460 seguinte, a conselheira solicitou uma pesquisa sobre a questão do perfil de renda  
461 familiar dos alunos do Instituto Federal. Na sequência, o conselheiro Wiliam Dias  
462 esclareceu sobre o item 1.3.6, em que a conselheira Wermuth disse sobre os dados de  
463 2015. Wiliam esclareceu que o Relatório de Gestão solicita que seja feito um  
464 levantamento no cenário do ambiente de negócio que são os riscos de mercado, são  
465 ameaças de oportunidades, para isso, foi feita uma análise durante o PDI, sendo um  
466 trabalho realizado *campus a campus*, por isso, os dados estão no item mencionado.  
467 Em relação à DGP, Wiliam disse que foram feitos os gráficos, no entanto, o TCU  
468 pediu que fosse colocado em anexo. Em momento posterior, Fernando de Paula  
469 questionou a Ouvidora se as reclamações no âmbito do *campus* são integradas  
470 à Reitoria ou se elas são resolvidas no próprio *campus*. Joelma expôs que se a  
471 reclamação é feita contra pessoa hierarquicamente abaixo do diretor, esta é  
472 encaminhada para a direção-geral do *campus*. No entanto, se a reclamação é feita  
473 contra um diretor de *campus*, a reclamação é encaminhada para o gestor máximo do  
474 órgão. Na sequência, Wily Rosário expôs que o alto índice na taxa de evasão escolar  
475 chamou sua atenção e que isso se deve a vários fatores internos e externos. Pontuou  
476 que, na sua percepção, esta taxa está tão alta devido a fatores mais internos do que  
477 externos. A conselheira Ruth expôs que o problema maior é o fator externo do  
478 desmonte da educação. Pontuou que a educação deixou de ser prioridade, contudo,  
479 nós temos que fazer ela voltar a ser prioridade. E questionou se quando o aluno de  
480 curso técnico muda para o curso superior, essa mudança está contemplada dentro da  
481 taxa de evasão ou é um elemento diferenciado. Nairton respondeu que entra dentro da  
482 taxa de evasão. Após discussões, o ponto três foi posto em votação, sendo aprovado  
483 com dezenove votos favoráveis e duas abstenções dos conselheiros Diogo e Milene.  
484 Logo após foi dada uma pausa para o almoço. A reunião foi retomada às 14h39 e, em  
485 seguida, foi apresentado o ponto cinco, deliberação acerca de solicitação de  
486 autorização para implantação do curso Técnico em Edificações, nas formas  
487 concomitante e subsequente ao ensino médio, na modalidade a distância, do *Campus*  
488 Gurupi, do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no

489 Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23338.025233/2017-65. Após  
490 apresentação, o ponto foi aprovado com dezesseis favoráveis e duas abstenções. Na  
491 sequência, foi apresentado o ponto seis, deliberação acerca de aprovação de  
492 alterações do projeto pedagógico do curso superior de bacharelado em Agronomia do  
493 *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo  
494 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23233.030453/2017-89.  
495 Nairton esclareceu que o curso após aberto, após formar sua primeira turma, pode  
496 sofrer alterações, e exemplificou o esclarecimento citando o próprio curso de  
497 Agronomia do *Campus* Araguatins que já sofreu outras alterações. Salientou ainda  
498 que as coisas não são tão rígidas, que os momentos para fazer as alterações precisam  
499 ser equilibrados com os demais cursos de Agronomia, e frisou que o discurso é muito  
500 fácil e flui muito bem, mas que na prática todos sabem que as coisas não são tão  
501 fáceis. O conselheiro Miquéias Alves expôs que o tempo mínimo de integralização  
502 do curso de Agronomia é de cinco anos, e que de acordo com o PPC do curso de  
503 bacharelado em Agronomia ofertado pelo *Campus* Dianópolis a carga horária é maior  
504 e o tempo mínimo é de quatro anos e meio, questionando assim se os alunos que se  
505 formaram em quatro anos e meio no *Campus* Araguatins poderão colar grau.  
506 Ressaltou que no PPC o tempo mínimo é cinco anos, e o máximo dez, e que no  
507 *Campus* Dianópolis o mínimo é quatro, o médio é cinco, e o máximo oito anos. O  
508 conselheiro Marcus André pontuou que o tempo da proposta é tempo mínimo, médio  
509 e máximo, entretanto, não há limitação para adiantamento da carga horária e da grade  
510 curricular, podendo desta forma, ocorrer a colação de grau junto com a turma  
511 anterior, apesar de o tempo médio de formação ser de cinco anos. Nairton expôs que  
512 geralmente os pré-requisitos são considerados, mas nesta circunstância não há  
513 impedimento para colação, exceto não respeitado o tempo mínimo de quatro anos. O  
514 conselheiro Marcus André explicou como iocorre o aproveitamento de crédito,  
515 exemplificando a disciplina Fertilidade de Solo na Universidade Federal do Tocantins  
516 – UFT –, que tem 60 créditos; já no *Campus* Araguatins essa disciplina tem 80  
517 créditos, entretanto, os conteúdos dentro da ementa são similares. Dessa forma, o  
518 colegiado pode se reunir e aproveitar os créditos. Mas ao definir o tempo mínimo de  
519 execução, os PPCs comumente determinam para os cursos de cinco anos o tempo  
520 mínimo de quatro e máximo de oito anos. Esclarece que se no PPC for decretado o  
521 tempo mínimo de cinco anos há impedimento para a colação de grau do aluno antes  
522 dos cinco anos. O conselheiro Fernando de Paula, representante dos discentes expôs  
523 que tais condições podem gerar problemas futuros para a instituição, pois a maioria  
524 dos cursos da instituição estão lançados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica –  
525 SIGA –da seguinte forma: período mínimo de formação, período máximo,  
526 prorrogação por um ano. Explicou que no SIGA o tempo mínimo para a conclusão do  
527 seu curso é de três anos e meio, no entanto, será concluído em dois anos e meio, e  
528 questionou se ficará impossibilitado de se formar. Com a palavra, a conselheira Sara  
529 Soares esclareceu que há no curso de Agronomia o costume de findá-lo em cinco  
530 anos, contudo, a legislação permite a redução deste tempo. Referiu-se ainda  
531 à cláusula que diz que desde que ele seja integral, justificando a forma definida pelo  
532 *Campus* Dianópolis, que decidiu realizar no menor tempo possível até mesmo para  
533 evitar evasões. Reiterou que todos os cursos devem ser finalizados dentro  
534 do mínimo e, por mais que haja adiantamentos de matérias pelos alunos, a colação só  
535 poderá ocorrer depois do tempo de integralização, com exceção de casos de  
536 rendimento extraordinário no qual o coeficiente do aluno o habilita a solicitar um  
537 adiantamento de finalização de curso, do contrário, é necessário aguardar o período  
538 definido dos cinco anos para a colação de grau do curso de Agronomia. O

539 conselheiro Marcus André proferiu a informação de que as Diretrizes Curriculares  
540 Nacionais da Educação Básica – DCNs –, atual diretriz que normativa a criação dos  
541 cursos, determina que a carga horária máxima deve ser atingida e não o tempo, este  
542 deve cumprir o planejamento do colegiado. Salientou que a possibilidade de adiantar  
543 as disciplinas previstas no PPC e as reprovações em outras dificultam o trabalho do  
544 colegiado em ofertar disciplinas e se organizar quanto à estruturação do curso.  
545 Elucidou que a disparidade entre os períodos dos cursos entre o *Campus* Dianópolis  
546 (semestral) e o *Campus* Araguatins (anual) dificulta a oferta de disciplinas aos  
547 alunos. Marcus disse que se opõe à permissão dos adiantamentos das matérias, pois  
548 geram pressão na busca por adiantar disciplinas e falta de comprometimento e  
549 dedicação nas disciplinas atuais. Reportou também a questão da estrutura das salas  
550 não habilitadas para acomodar o alto número de alunos (cinquenta) em determinados  
551 semestres, comprometendo assim o bom andamento das aulas lecionadas. Findou sua  
552 exposição afirmando que a conclusão do curso dar-se-á no mínimo em cinco anos. O  
553 pró-reitor de Ensino Ovídio Dantas expressou o compromisso de analisar a questão  
554 por acreditar que é prejudicial ao curso. Disse que vai fazer um pleito no sentido de  
555 ser melhorado. Nesse sentido, fez o encaminhamento de que se for apenas esta  
556 pendência, aprovar o documento como está e posteriormente trabalhar na alteração do  
557 tema em debate. O professor Nairton expôs que é necessário ver a motivação da  
558 comissão, e disse que a comissão precisa se manifestar. Caso não percebam nenhuma  
559 justificativa plausível para a questão dos cinco anos mínimos, acredita que pode-se  
560 alterar este prazo para quatro anos e meio, e se houver a integralização neste tempo,  
561 que haja também a possibilidade de colação de grau. Após discussões, o ponto foi  
562 submetido à votação, sendo contabilizados dezesseis votos favoráveis e duas  
563 abstenções. Na sequência, procedeu-se à apresentação do ponto sete, deliberação  
564 acerca de aprovação de alterações do projeto pedagógico do curso superior de  
565 licenciatura em Computação do *Campus* Porto Nacional, do Instituto Federal do  
566 Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de  
567 Informações sob o n.º 0103537.00001504/2017-44. O ponto foi submetido à votação,  
568 sendo contabilizados dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Posteriormente, foi  
569 apresentado o ponto oito, deliberação acerca de aprovação do Calendário Escolar  
570 Acadêmico 2018 dos cursos de graduação do Instituto Federal do Tocantins,  
571 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o  
572 n.º 23236.004216/2018-13. Após apresentação, procedeu-se à votação, sendo  
573 contabilizados dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Para finalizar, Nairton  
574 retomou os informes e expôs que atualmente o IFTO participa de vários conselhos,  
575 citando inclusive o conselho do SENAI/Tocantins, e falou sobre a possibilidade de o  
576 IFTO ser participante do conselho do SEBRAE. Frisou que, caso isso seja  
577 concretizado, acredita que será uma experiência interessante. Outro informe diz  
578 respeito à possibilidade de oferta de cursos pela Universidade Aberta do Brasil –  
579 UAB –, tendo em vista que existem algumas demandas. Em momento seguinte,  
580 Nairton fez referência ao processo n.º 23235.030964/2017-81, que trata de solicitação  
581 de ressarcimento de valores remuneratórios recebidos por servidor do Instituto  
582 Federal do Tocantins, apreciado na primeira reunião extraordinária do Consup, no  
583 qual ele pediu vistas do processo. Expôs que em fala com o procurador Eduardo,  
584 este informou que o processo está incompleto, tendo em vista que está faltando o  
585 contraditório. Explicou que este processo provavelmente retornará ao servidor com o  
586 contraditório, e acompanhado por uma comissão que fará o julgamento. Após o  
587 julgamento pela comissão, o processo deverá ser encaminhado para a procuradoria e,  
588 posteriormente, encaminhado ao Conselho Superior para deliberação. Pontuou que o

589 Instituto tem feito um investimento na capacitação do servidor, seja em graduação,  
590 pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*. Afirmou que a gestão ao longo dos oito  
591 anos nunca negou afastamento para capacitação a seus servidores, acreditando que a  
592 capacitação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor.  
593 Após esclarecimentos sobre o processo em tela, o presidente do colegiado agradeceu  
594 a toda comunidade do IFTO e comunicou que verificará a possibilidade de ir a todos  
595 os *campi* para agradecer as comunidades. Por fim, informou sobre a finalização do  
596 relatório de oito anos de gestão que será disponibilizado na página da instituição e  
597 apresentado à comunidade de forma impressa. Não havendo mais nada a tratar, o  
598 presidente agradeceu a todos os conselheiros pela participação, e na oportunidade  
599 encerrou a reunião, e eu, Eleuza Rodrigues Rocha, secretária do Conselho Superior,  
600 lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo  
601 presidente e pelos membros deste conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Eleuza Rodrigues Rocha, Servidora**, em 14/06/2018, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Andre Ribeiro Correia, Conselheiro**, em 25/07/2018, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William de Sousa Dias, Conselheiro**, em 09/08/2018, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wily Rosario da Silva, Conselheiro**, em 13/08/2018, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estéfiane Lara Lopes Rodrigues, Conselheira**, em 20/08/2018, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho dos Santos, Conselheiro**, em 23/08/2018, às 07:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 24/08/2018, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Conselheiro**, em 12/09/2018, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Soares da Rocha, Conselheiro**, em 13/09/2018, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Henrique Cirqueira da Silva, Conselheiro**, em 14/09/2018, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Ana Silva Araujo Wermuth, Conselheira**, em 10/06/2019, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvao, Conselheiro**, em 19/08/2019, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francirley Resendes Borges Costa, Conselheiro**, em 26/08/2019, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0359932** e o código CRC **9F7405F9**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado  
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul  
CEP 77.020-450 Palmas - TO  
(63) 3229-2200  
[www.ifto.edu.br](http://www.ifto.edu.br) - [conselhosuperior@ifto.edu.br](mailto:conselhosuperior@ifto.edu.br)